

EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL: uma análise qualitativa e quantitativa do *disclosure* das informações ambientais nas empresas de mineração no período de 2006 a 2009

RESUMO

A nova postura da sociedade perante questões sócio-ambientais, fez com que a Contabilidade se adaptasse com a finalidade de auxiliar as entidades na evidenciação das informações ambientais. O objetivo geral deste trabalho é verificar se as empresas de mineração, durante o período de 2006 a 2009, atendem às necessidades dos usuários externos. Busca-se, também identificar se após a NBC T 15 e o lançamento das diretrizes GRI (*Global Reporting Initiative*) versão G3, houve alterações na apresentação das informações ambientais; e também, avaliar a qualidade e as características destas informações. Na fundamentação teórica os principais assuntos tratados são: responsabilidade socioambiental, Balanço Social, modelos de Balanço Social e usuários externos. A metodologia desta pesquisa é exploratória, com revisão bibliográfica. São realizadas análises do conteúdo dos relatórios de três das dez maiores empresas de mineração que apresentam relatórios ambientais nos quatro anos em análise, conforme as diretrizes GRI. A amostra da pesquisa foi selecionada por meio do site da revista Exame em 2010. Os resultados encontrados revelam que houve um crescimento no nível de evidenciação e uma melhora qualitativa e quantitativa não financeira das informações apresentadas. Portanto, os usuários externos das três empresas analisadas hoje são satisfatoriamente atendidos, ainda que o aumento de informações quantitativo financeiras não tenha se mantido estável e presente em todas as organizações.

Palavras-chave: Usuários externos; Balanço Social; Evidenciação ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A nova postura da sociedade diante das questões sócio-ambientais, fez com que a Contabilidade se adaptasse com a finalidade auxiliar as entidades na evidenciação das informações ambientais.

O *disclosure*¹ é de suma importância, para que os *stakeholders*² possam perceber quais são os impactos gerados pela companhia ao meio ambiente (NOSSA, 2002.p.21). Dessa forma, é possível que os usuários externos possam exigir das organizações medidas preventivas e corretivas.

Tinoco e Kraemer (2008, p.87), o Balanço Social é uma ferramenta de gestão e de informação que busca colaborar da maneira mais transparente possível com as informações contábeis, sociais e ambientais, da atuação das entidades, aos mais diferenciados usuários.

¹ O *disclosure* ou evidenciação se refere à divulgação de informações para os usuários tenham condições de tomarem decisões.

² Os *stakeholders* são todos aqueles usuários interessados nas informações contábeis

Com o intuito de garantir o atendimento às expectativas da sociedade, foram criados normas e modelos para elaboração do Balanço Social. Como por exemplo, a Norma Brasileira de Contabilidade T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental (NBC T 15), que estabelece o que deve conter no Balanço Social. E também, as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), que são para a elaboração de relatórios padronizados mundialmente.

Considerando o apresentado, este estudo se justifica, pois, a demanda de informações por parte dos usuários é notoriamente crescente e estes carecem de atenção por parte das empresas com relação ao *disclosure* ambiental. Conforme Penna (2009), para que haja uma redução nos impactos ambientais oriundos da mineração, é necessária uma fiscalização mais severa e atuante, de forma que impulse uma mudança no comportamento das mineradoras.

Ibidem afirma que o setor de mineração no Brasil é muito poluidor visto que possui uma fiscalização fraca. Historicamente esta atividade econômica tem mostrado baixo nível de responsabilidade sócio-ambiental, por se tratar de um ramo mercadológico conservador e resistente a ajustes ambientais. Em vista disso este setor foi escolhido, e o período em análise que se inicia em 2006 e termina em 2009 foi proposto, pois vigorou a partir de 2006 a NBC T 15 e a GRI lançou a última versão de suas diretrizes.

Sendo assim a pergunta orientadora deste estudo é: A evidenciação das informações ambientais das empresas de mineração no período de 2006 a 2009 atende as necessidades dos usuários externos?

Este trabalho tem como objetivo geral verificar se: os relatórios sócio-ambientais das empresas de mineração durante o período de 2006 a 2009 conseguem atender às necessidades dos usuários externos. E com os objetivos específicos busca-se: identificar se após a NBC T 15 e o lançamento das diretrizes GRI versão G3, houve alterações na apresentação das informações ambientais; avaliar a qualidade e as características destas informações.

Ao atingir tais metas o estudo visa contribuir com o meio acadêmico, já que ajuda a preencher as lacunas ainda existentes na temática meio ambiente e usuários externos. No entanto, ressalta-se ainda que, o trabalho não ambiciona exaurir o assunto devido à vasta amplitude e perplexidade do tema.

O trabalho está dividido em quatro seções. A primeira seção apresenta esta introdução, com os antecedentes da pesquisa, os objetivos traçados no estudo, e a pergunta direcionadora do trabalho. Em seguida tem-se o referencial teórico que embasam esta pesquisa, na segunda seção. Na terceira seção é apresentada a metodologia do estudo. Logo após, na quarta seção, tem-se os resultados e as análises dos resultados. E por fim, as considerações finais com as conclusões do estudo e sugestão de pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O seguinte referencial serviu como um apoio teórico ao trabalho, já que é a apresentação sucinta de diversos assuntos pertinentes ao tema em que o problema de pesquisa esta inserido. Portanto, são apresentados os seguintes tópicos: Responsabilidade Socioambiental; Balanço Social; Modelos de Balanço Social e Usuários Externos.

2.1 Responsabilidade Socioambiental

Frente às alarmantes previsões sobre as mudanças climáticas, cabe à sociedade como um todo buscar meios para se adaptar e garantir uma vida saudável para si e para as futuras gerações. Em especial cabe às empresas a responsabilidade, já que conforme Ribeiro (2006, p.19) as organizações ao captarem recursos do meio ambiente, sejam eles renováveis ou não, utilizam-se do patrimônio da humanidade.

Ibidem (p.43), ainda conceitua que a responsabilidade ambiental envolve o conhecimento das preferências e prioridades sociais. Assim, a empresa deveria atender seu diversificado público em todos os aspectos, inclusive na preservação ambiental.

Devido à responsabilidade exigida das empresas, cabe à Contabilidade prover meios para que estas possam suprir a sociedade com todas as informações requisitadas. Conseqüentemente, ganha destaque no cenário empresarial o Balanço Social.

2.2 Balanço Social

Tinoco e Kraemer (2008, p.87) dizem que, o Balanço Social é uma ferramenta de gestão e de informação, que busca colaborar da maneira mais transparente possível, com as informações contábeis, sociais e ambientais, da atuação das entidades, aos mais diferenciados usuários destas informações.

Acerca do Balanço Social, (CARVALHO *apud* KROETZ, 2000, p. 55) diz que é um instrumento com provável origem nos Estados Unidos da América, que surgiu como uma resposta empresarial a um movimento progressivamente contestatório no final dos anos 60.

Diante dos apelos sociais, os Estados assim como os diversos órgãos competentes têm criado normas para pressionar as organizações a fornecerem informações, não só de cunho econômico-financeiro, mas também de cunho socioambiental.

A busca por um padrão dos relatórios de sustentabilidade tem por finalidade facilitar a avaliação dos dados evidenciados, o que torna mais adequada a função social da empresa. Para tornar o demonstrativo mais bem elaborado é de suma importância que seja possível expressar os dados em valores financeiros ou de forma quantitativa.

2.3 Modelos de Balanço Social

Segundo o Instituto ETHOS, os modelos mais difundidos no Brasil são o modelo do Ibase (*Balanço Social Anual*) e as diretrizes da GRI (INSTITUTO ETHOS, 2010). Destaca-se que nenhum dos modelos de orientação existentes no momento é definitivo e não pode ser considerado como parâmetro único para a elaboração deste tipo de relatório.

2.3.1 Ibase

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) fundado em 1981 por uma equipe composta, entre outros, pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), desenvolve o primeiro modelo de balanço social em 1997. A estratégia adotada por Betinho e a equipe foi a de criar um modelo básico, mínimo e inicial, construído à base do consenso (IBASE, 2010a).

O objetivo principal de um modelo único de Balanço Social é permitir a comparabilidade, a simplicidade e o fácil entendimento. O modelo constitui-se de uma planilha composta prioritariamente por indicadores quantitativos referentes às informações e aos dados sobre investimentos financeiros, sociais e ambientais. E agrupa informações sistematizadas que são divulgadas a seus públicos de interesse e para a sociedade em geral (IBASE, 2010b).

Conforme o modelo, no que tange as informações ambientais, a empresa relata apenas o indicado abaixo:

4. Indicadores ambientais	Valor (mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			

Figura 1: Informações ambientais conforme modelo Ibase (IBASE, 2010c)

2.3.2 GRI

Global Reporting Initiative's (GRI), surgiu no cenário mundial em 1997 com um novo modelo de avaliação, complementando e ampliando o Balanço Social. Com o intuito de colaborar com o desempenho ambiental, essa organização tinha como objetivo ampliar os relatórios de modo que as avaliações pudessem ser apontadas com maior exatidão. A estrutura de relatório estabelece os princípios e indicadores de resultado, que as organizações podem utilizar para avaliar e expor o desempenho econômico, ambiental e social (GRI, 2010a).

Busca-se na construção dos relatórios o consenso. O grupo que elabora estes relatórios é formado por diversos usuários externos, tais como: empresários, civis, trabalhadores, acadêmicos e instituições profissionais. Tal demonstrativo propõe evidenciar o patrimônio ambiental de modo que as contas sejam bem apresentadas. Para isso, são fornecidos modelos de relatórios utilizáveis em diversos países, para que seja possível evidenciar as informações, e assim atender às necessidades dos usuários externos. (GRI, 2010a).

O início da elaboração deste relatório se deu a partir de 1997, mas somente em 2000 foi apresentado o seu primeiro modelo. A peça fundamental do quadro é o *Sustainability Reporting Guidelines* (Orientações para Elaboração de um Relatório Ambiental). A terceira versão das orientações conhecida como as Diretrizes G3, foi publicada em 2006 (GRI, 2010b).

2.4 Usuários Externos

Os relatórios publicados pelas empresas são as principais fontes de informações dos usuários externos. Sendo assim os modelos de balanço acima mencionados, devem satisfazer as necessidades destes. Em vista disso coloca-se a seguir os principais grupos de *stakeholders* externos, e seus principais interesses nas informações ambientais.

Conforme Skillius e Wennberg *apud* Nossa (2002, p. 65):

- Credores – necessitam de informações ambientais, pois, pode ocorrer aumento do risco de crédito oriundos de multas por desrespeito a legislação ambiental; aumento dos custos devido a ações para conter a oposição da opinião pública; perda de negócios pela não adaptabilidade às leis ambientais; risco de obsolescência de equipamentos causados pela introdução de novas normas ambientais; desvalorização da empresa; risco de obrigação direta, ou seja, os credores também são responsabilizados pelos danos ao meio ambiente gerado pelos seus clientes.
- Companhias de seguros – os interesses consistem em gastos com limpeza de locais contaminados por resíduos e poluições ambientais. Informações sobre responsabilidade e o nível de risco em que a empresa atua para fins de seguros ambientais.

Conforme Proto e Supino *apud* Nossa (2002, p. 66):

- Comunidades – informações sobre a responsabilidade com a poluição, assim como ações para a limitação desta.
- Autoridades – relação custo benefício das ações ambientais.
- Organizações ambientais – informações da atuação das empresas quanto ao desempenho ambiental.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização desta pesquisa é exploratória, que de acordo com Gil (2002, p.41) apresenta como objetivo tornar o problema em questão mais explícito à sociedade. Ainda constitui numa revisão bibliográfica, até então disponível em teses, artigos e livros publicados, e também estudo de multi-casos. Para Gil (2002, p.54) o estudo de multi-casos proporciona a evidenciação de dados que se encontram inseridos no contexto em análise.

Quanto à amostra da pesquisa, serão avaliadas as mineradoras que apresentam relatórios ambientais nos quatro anos em análise, conforme as diretrizes GRI. A amostra da pesquisa foi selecionada por meio do site da revista Exame em 2010 (vide referências bibliográficas), que listou as dez maiores mineradoras, no critério vendas referente ao ano de 2009. São estas:

- **Vale S/A** – apresenta os relatórios para todo o período em análise, conforme as diretrizes GRI, portanto está apta pra a pesquisa.
- **Alumina do Norte Brasil S/A** – apresenta os relatórios com informações apenas de 2006 e 2007, a empresa foi contatada por e-mail e se dispôs a divulgar no site da mesma os demonstrativos de 2008 e 2009, mas até o término deste trabalho não fora disponibilizado, portanto a empresa não está apta para a pesquisa.
- **Samarco Mineração S/A** - apresenta os relatórios para todo o período em análise, conforme as diretrizes GRI, portanto está apta pra a pesquisa.
- **Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração LTDA** – não foi encontrado no site da organização nenhum tipo de relatório. Portanto a organização não está apta.
- **Nacional Minérios S/A** – não foi encontrado os relatórios para todos os anos em análise apenas os anos 2006, 2008 e 2009, e a empresa não elabora seus relatórios conforme o GRI, portanto não está apta.

- **Magnesita S/A** – não foi encontrado no site da empresa nenhum tipo de relatório ambiental, portanto não está apta.
- **BHP Billiton Metais S/A** - apresenta os relatórios para todo o período em análise, portanto está apta pra a pesquisa.
- **Votorantim Metais Zinco S/A** – a empresa apresenta relatórios para todo o período, mas os relatórios são referentes a todo o grupo Votorantim e feitos conforme o modelo IBASE. Não foram encontrados relatórios para a Votorantim Metais Zinco S/A, por isso não foi considerada apta.
- **Mineração Macará Indústria e Comércio S/A** – não foi encontrado o site da empresa, e nenhum tipo de relatório ambiental, portanto não está apta.
- **Mineração Rio do Norte S/A** – os relatórios não são elaborados conforme o GRI, portanto não está apta.

Por consequência como amostra do trabalho restaram às empresas Vale S/A, Samarco S/A e BHP Billiton Metais S/A. Os dados foram coletados na internet, nos sites das corporações. Posteriormente foi feita uma análise qualitativa e quantitativa destes relatórios por meio de um índice de evidenciação elaborado pelos autores com base nas diretrizes da versão G3 do GRI. Cada tópico recebeu uma classificação referente ao tipo de evidenciação das informações, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1: Definição das informações de acordo com o tipo

Tipo:	Característica da informação:	Conceito:
0	Ausência	Nenhuma informação
1	Declarativa	Descrição qualitativa
2	Quantitativa não monetária	Descrição quantitativa não financeira
3	Quantitativa monetária	Descrição quantitativa financeira

Fonte: Adaptado de Nossa (2002, p.179)

Cada informação receberá ainda um peso de acordo com a Escala de *Likert* elaborada pelos autores para níveis de evidenciação das informações:

- Peso 0 – ausência total de informação.
- Peso 0,25 – informação regular, ou seja, aquele tópico cuja informação é muito vaga ou praticamente inexistente.
- Peso 0,5 – informação existente, mas incompleta, ou seja, deixa de apresentar muitas informações relevantes.
- Peso 0,75 – a informação é evidenciada, mas ainda faltam alguns detalhes significativos como, por exemplo, gráficos, tabelas, que facilitem a compreensão do usuário.
- Peso 1 – informação completa e até com informações adicionais.

A Escala de *Likert* é sintetizada no quadro a seguir:

Quadro 2: Pesos das informações

Pesos	
0,00	Ausência de informação
0,25	Informação regular
0,50	Evidencia parcialmente
0,75	Evidencia
1,00	Evidencia totalmente

Fonte: Elaborado pelos autores

Por fim, foi feita uma estratificação dos dados em gráficos para melhor interpretação a fim de demonstrar a quantidade e qualidade das informações inerentes à questão ambiental.

4 RESULTADOS E ANÁLISES DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

Para análise dos relatórios foi construído um índice adaptado das diretrizes GRI versão G3. Foram selecionados apenas alguns indicadores que se relacionavam mais diretamente com o tema: evidencição das informações ambientais para os usuários externos. O índice é apresentado a seguir:

Quadro 3: Índice de avaliação de evidencição das informações ambientais

ITENS	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO	Tipo	Peso	%
PERFIL				
1	1.1 Declarações sobre a sustentabilidade			
2	1.2 Descrições dos principais impactos, riscos e oportunidades			
3	3.1 Períodos coberto pelo relatório (ano contábil/civil)			
4	3.4 Dados para contato (perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo).			
5	3.9 Técnicas de medição de dados.			
6	3.13 Verificações externa para o relatório (auditoria).			
7	4.9 Frequência da avaliação do desempenho de sustentabilidade			
INDICADORES DE DESEMPENHO				
INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO				
8	EC2 Interferências nas organizações provocadas pela mudança climática			
INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL				
9	EN1 Materiais usados por peso ou volume			
10	EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem			

11	EN3 Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária			
12	EN4 Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária			
13	EN8 Total de retirada de água por fonte			
14	EN11 Informações sobre áreas protegidas e de alto índice de biodiversidade			
15	EN12 Descrição de impactos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços			
16	EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso			
17	EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso			
18	EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso			
19	EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso			
20	EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação			
21	EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição			
22	EN23 Número e volume total de derramamentos significativos			
23	EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais			
24	EN27 Percentual de produtos e suas embalagens recuperadas			
25	EN28 Valor monetário de multas e número total de sanções não-monetárias			
	TOTAL			

Fonte: Elaborado pelos autores adaptado das diretrizes GRI (GRI, 2010).

4.1 Análise Qualitativa

A análise qualitativa é evidenciada nos gráficos (Categorias das informações) 1, 2 e 3 das empresas Vale, BHP e Samarco, respectivamente. A análise é feita empresa por empresa e ano a ano, a seguir discriminadas.

4.1.1 VALE

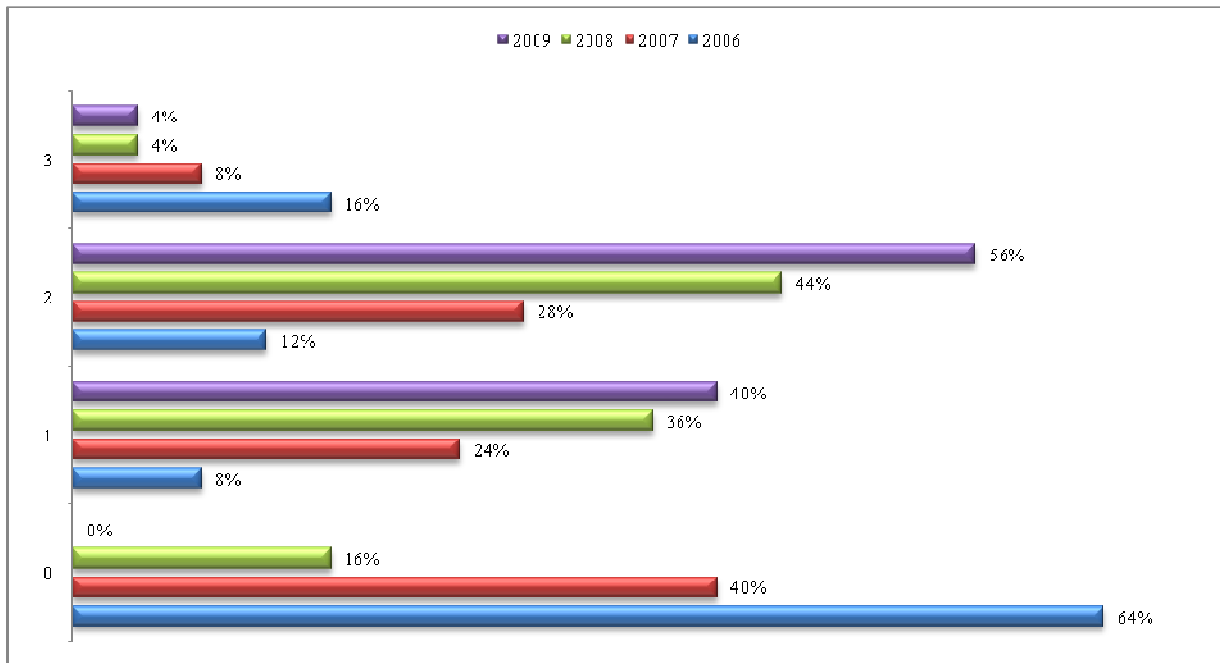
No ano de 2006 houve 64 % de ausência de informação, 8% de informações declarativas, 12% do tipo de informação quantitativa não financeira e 16% de informações quantitativas financeiras.

No ano de 2007 houve 40% de ausência de informação, 24% de informações declarativas, 28% do tipo de informação quantitativa não financeira e 8% de informações quantitativas financeiras.

No ano de 2008 houve 16% de ausência de informação, 36 % de informações declarativas, 44% do tipo de informação quantitativa não financeira e 4% de informações quantitativas financeiras.

No ano de 2009 houve 0% de ausência de informação, 40% de informações declarativas, 56% do tipo de informação quantitativa não financeira e 4% de informações quantitativas financeiras.

Gráfico 1: Categoria das informações VALE S.A.



Fonte: Elaborado pelos autores

O gráfico acima revela que, durante o período analisado houve aumento de evidenciação, o que indica uma melhora na elucidação das informações ambientais para os usuários externos. Sendo como características predominantes destas, a declaração qualitativa e quantitativa não financeira. As informações quantitativas financeiras diminuíram, apesar de ser o tipo mais completo. Logo se observa na análise da Vale um paradoxo em relação ao aumento numérico de informações, e a qualidade destas, pois pioraram sob a óptica da informação tipo 3.

4.1.2 BHP BILLITON

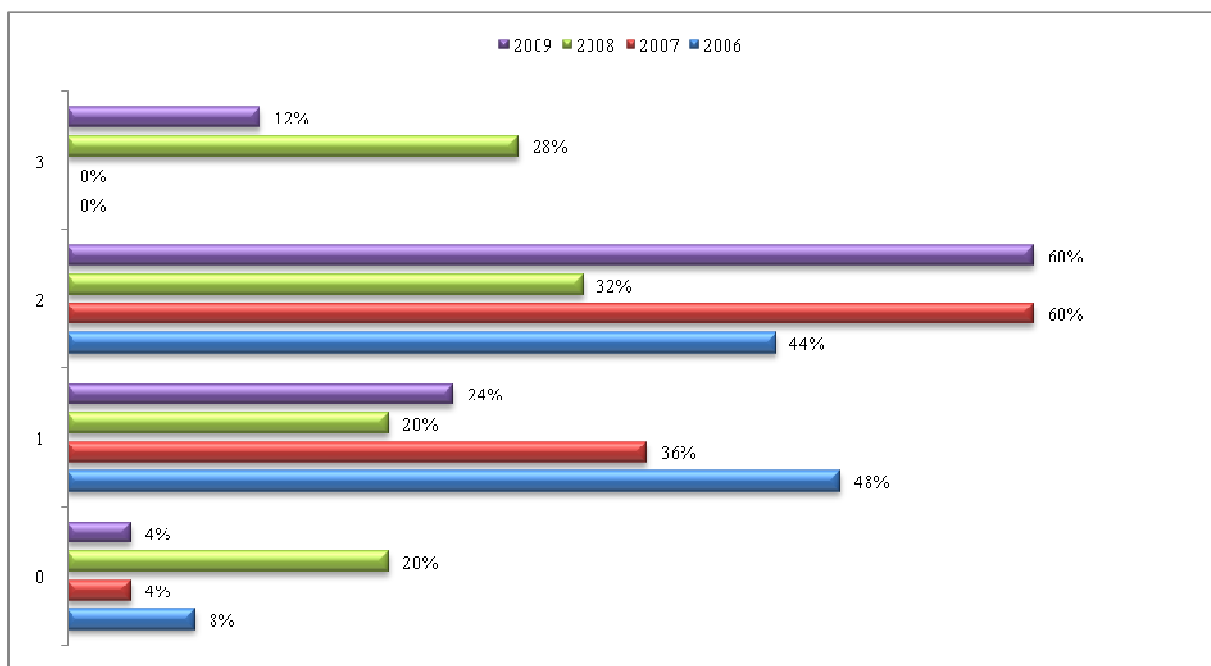
No ano de 2006 houve 8% de ausência de informação, 48 % de informações declarativas, 44% do tipo de informação quantitativa não financeira e 0% de informações quantitativas financeiras.

No ano de 2007 houve 4% de ausência de informação, 36 % de informações declarativas, 60 % do tipo de informação quantitativa não financeira e 0% de informações quantitativas financeiras.

No ano de 2008 houve 20% de ausência de informação, 20% de informações declarativas, 30% do tipo de informação quantitativa não financeira e 28% de informações quantitativas financeiras.

No ano de 2009 houve 4% de ausência de informação, 24 % de informações declarativas, 60 % do tipo de informação quantitativa não financeira e 12% de informações quantitativas financeiras.

Gráfico 2: Categoria das informações BHP BILLITON S. A.



Fonte: Elaborado pelos autores

O gráfico acima revela que, durante o período analisado houve aumento de evidenciação, o que indica uma melhora na elucidação das informações ambientais para os usuários externos. Sendo como características predominantes destas, a declaração qualitativa e quantitativa não financeira. As informações quantitativas financeiras aumentaram após os dois primeiros períodos, mas paradoxalmente diminuíram de 2008 para 2009. Indicando que sob o ponto de vista da informação mais completa (tipo 3), as informações melhoraram em número e qualidade, apesar de a melhora qualitativa não ter sido estável.

4.1.3 SAMARCO

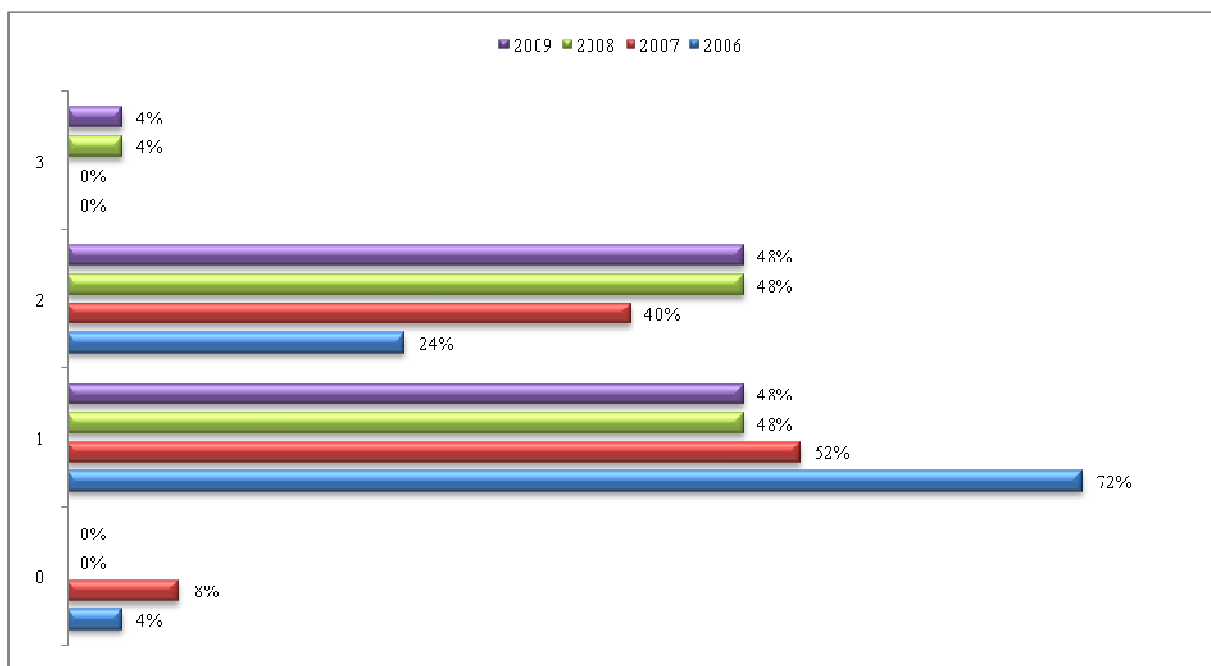
No ano de 2006 houve 4% de ausência de informação, 72 % de informações declarativas, 24% do tipo de informação quantitativa não financeira e 0% de informações quantitativas financeiras.

No ano de 2007 houve 8% de ausência de informação, 52% de informações declarativas, 40% do tipo de informação quantitativa não financeira e 0% de informações quantitativas financeiras.

No ano de 2008 houve 0% de ausência de informação, 48% de informações declarativas, 48% do tipo de informação quantitativa não financeira e 4% de informações quantitativas financeiras.

No ano de 2009 houve 0% de ausência de informação, 48% de informações declarativas, 48% do tipo de informação quantitativa não financeira e 4% de informações quantitativas financeiras.

Gráfico 3: Categoria das informações SAMARCO S.A.



Fonte: Elaborado pelos autores

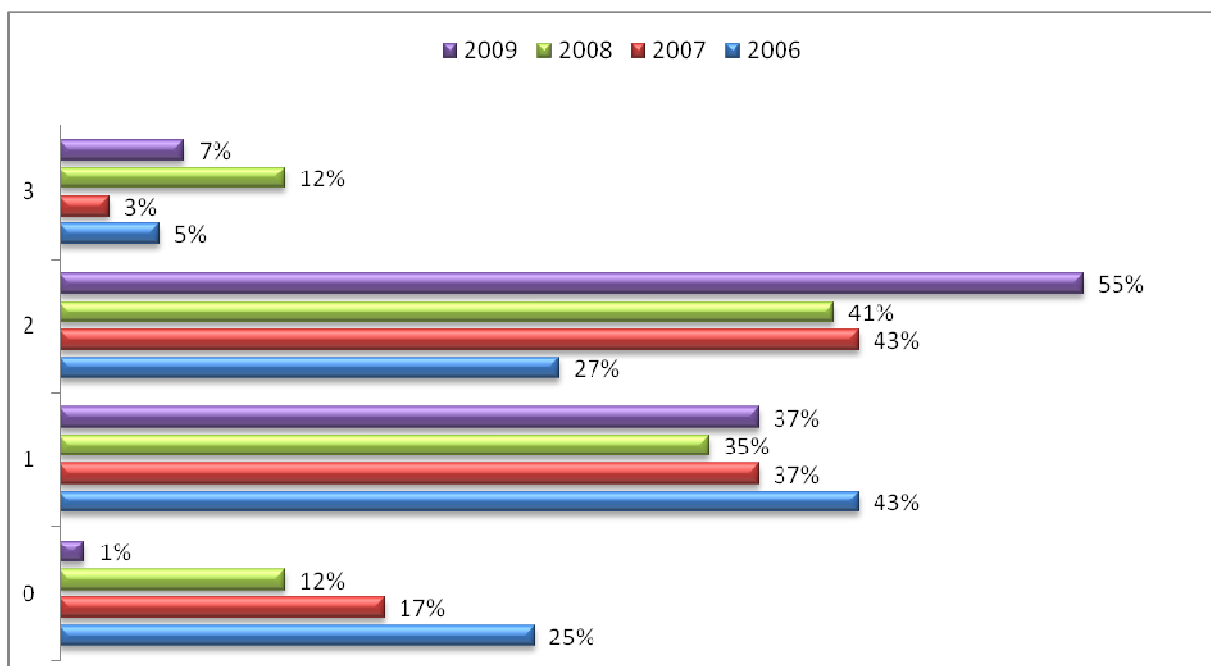
O gráfico acima revela que, durante o período analisado, houve aumento de evidenciação, o que indica uma melhora na elucidação das informações ambientais para os usuários externos. Sendo como características predominantes destas, a declaração qualitativa e quantitativa não financeira. As informações quantitativas financeiras aumentaram após os dois primeiros períodos. Logo se observa na análise da Samarco que as informações melhoraram em número e qualidade, sendo que a tipo 3 se manteve estável.

4.1.4 Análise Qualitativa Consolidada

Neste tópico é feita uma consolidação da análise qualitativa levantada anteriormente em cada uma das três empresas (Vale, BHP Billiton e Samarco) estudadas nos quatro anos: 2006, 2007, 2008 e 2009. Dessa forma, pode-se observar a seguir o gráfico feito a partir da análise de dados de cada uma delas. Nesse gráfico estão agrupadas todas as informações a fim de traçar um panorama mais amplo do setor de mineração e não apenas uma análise independente de cada corporação.

Pode-se notar no gráfico 4 que, assim como nos gráficos individuais que ao longo do tempo as entidades passaram a informar mais os usuários externos. O *disclosure* obteve predominantemente informações do tipo 1 e 2, ou seja, qualitativa e quantitativa não financeira. Apesar de tal predominância as informações do tipo 3, quantitativo financeiro foram perceptíveis.

Gráfico 4: Categoria das informações das empresas VALE, BHP E SAMARCO.



Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2 Análise Quantitativa

A análise quantitativa é evidenciada no gráfico 4 (Níveis de evidenciação), e analisada ano a ano, a seguir:

No ano de 2006 a Vale atendeu em 26% ao nível de evidenciação. A BHP atendeu em 66% ao nível de evidenciação. A Samarco atendeu em 82% ao nível de evidenciação.

No ano de 2007 a Vale atendeu em 58% ao nível de evidenciação. A BHP atendeu em 72% ao nível de evidenciação. A Samarco atendeu em 88% ao nível de evidenciação.

No ano de 2008 a Vale atendeu em 77% ao nível de evidenciação. A BHP atendeu em 78% ao nível de evidenciação. A Samarco atendeu em 100% ao nível de evidenciação.

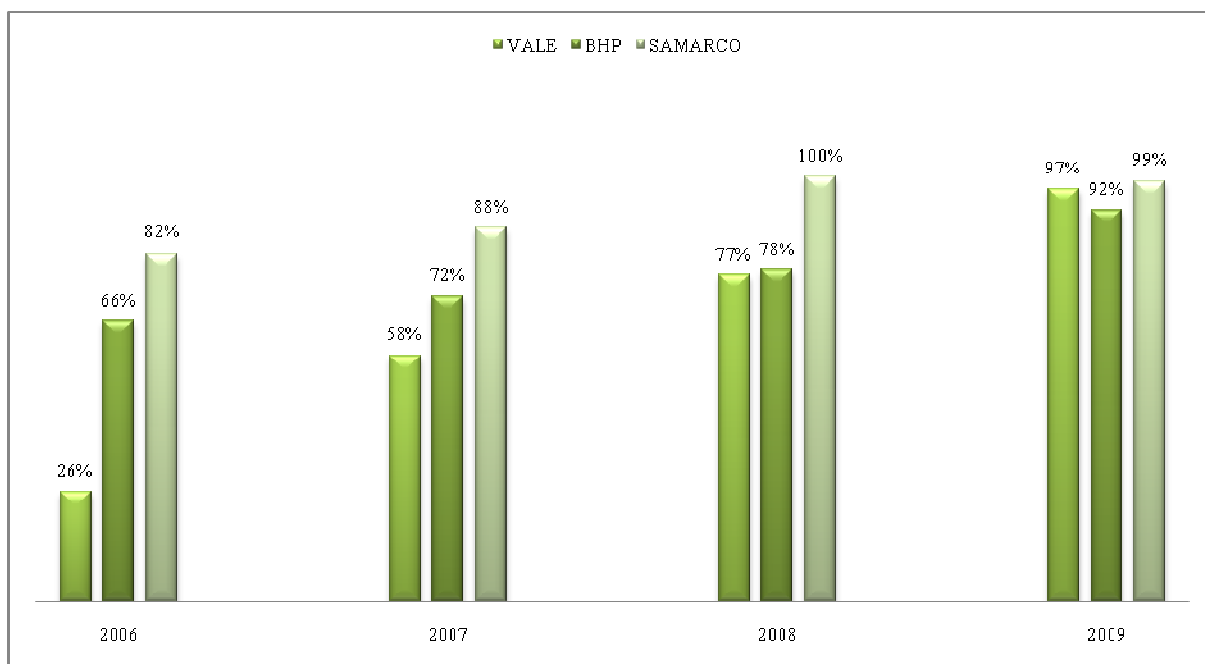
No ano de 2009 a Vale atendeu em 97% ao nível de evidenciação. A BHP atendeu em 92% ao nível de evidenciação. A Samarco atendeu em 99% ao nível de evidenciação.

Contudo verifica-se que todas as empresas aumentaram os níveis de evidenciação durante o período em análise. A VALE em 2006 apresentava 26%, em 2007 58%, em 2008 77% e em 2009 97%. Houve um crescimento de 71% durante os anos de 2006 até 2009, e a média das informações do período foi de 64,5%.

A BHP em 2006 apresentava 66%, 72% em 2007, 78% em 2008 e 92% em 2009. Apresentando um crescimento de 26% desde o início analisado até 2009. A média de evidenciação foi de 77%.

A empresa SAMARCO apresentava 82% em 2006, 88% em 2007, 100% em 2008 e 99% em 2009 obtendo uma média de 92,25% nos níveis de evidenciação. A SAMARCO apresentou um crescimento de 17% de 2006 a 2009.

Gráfico 4: Níveis de evidenciação conforme Escala de Likert



Fonte: Elaborado pelos autores

O crescimento no nível de evidenciação das três empresas indica que quanto à quantidade de informações, os usuários externos ao longo do período analisado, passaram a ser mais bem atendidos. Em vista disso, observa-se que houve alterações na apresentação do *disclosure* ambiental, após entrar em vigor em 2006 a NBC T15 e as diretrizes GRI versão G3.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os sérios problemas ambientais que o mundo enfrenta, é necessário que as organizações se comprometam com a questão ambiental e informem devidamente seus usuários. Sendo assim, nesta pesquisa foram estudadas as maiores empresas do setor de mineração, no período de 2006 a 2009.

O estudo respondeu ao problema de pesquisa e atingiu o objetivo geral de verificar se: os relatórios sócio-ambientais das empresas de mineração, durante o período de 2006 a 2009 atendem às necessidades dos usuários externos. Percebeu-se nas empresas, um aumento no nível de evidenciação das informações, que chegou a completar em cem por cento a Escala de *Likert* utilizada, como foi o caso da Samarco em 2008. Tais fatores implicaram no sucesso da pesquisa e no resultado satisfatório para os usuários externos.

No entanto os usuários externos das três empresas analisadas, quanto à quantidade de *disclosure* ambiental, hoje são satisfatoriamente atendidos. O que não acontecia em todas as empresas nos períodos anteriores. Como o de 2006, em que a Vale apresentou um índice de evidenciação de apenas vinte e seis por cento e a BHP de sessenta e oito por cento. Já a Samarco, desde 2006, apresentou um alto índice de evidenciação, oitenta e dois por cento.

Quanto ao objetivo específico de avaliar a qualidade e as características das informações, nota-se que as corporações, passaram a apresentar mais informações descritivas e quantitativas não monetárias. Embora o mesmo não tenha ocorrido com a quantitativa monetária na mesma proporção. Por consequência, houve um melhora também na qualidade do *disclosure*. No entanto, não é possível afirmar que os *stakeholders* são satisfatoriamente atendidos no requisito qualidade, uma vez que a apresentação das informações financeiras (tipo 3) ainda é percentualmente pequena em relação aos outros dois tipos.

Em vista disso, é atingido também o objetivo específico de identificar se, após a NBC T 15 e as diretrizes GRI versão G3, houve alterações na apresentação das informações ambientais. Foi constatado um aumento no nível de evidenciação, mudanças na qualidade e características no *disclosure*. Todavia não se pode afirmar que estes guias para a elaboração do Balanço Social são os únicos responsáveis pelas alterações observadas.

Para futuros trabalhos, sugere-se que seja analisada uma maior quantidade de empresas. Não limitar as análises apenas a relatórios ambientais elaborados conforme recomendações do GRI, ou seja, que a amostra se estenda também a outros modelos de Balanço Social, aos relatórios financeiros e as notas explicativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EXAME- Revista Exame. **Melhores e Maiores**. Disponível em:
<<http://mm.portalexame.abril.com.br/empresas/maiores/1/2009/vendas/-/mineracao/-/>> Acesso em: 19/10/10.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: atlas, 2002.

GRI - Global Report Initiative. O é o GRI. Disponível em:
<<http://www.globalreporting.org/AboutGRI/WhatIsGRI/>>. Acesso em: 08/10/2010a.

GRI - Global Report Initiative. A história. Disponível em:
<<http://www.globalreporting.org/AboutGRI/WhatIsGRI/History/OurHistory.htm>> Acesso em: 08/10/2010b.

GRI - Global Report Initiative. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. Disponível em:
<<http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/5288/DiretrizesG3.pdf>>. Acesso em: 07/10/2010.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanço Social**. Disponível em:
<<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 03/10/2010.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Dez anos de Balanço Social:** Capítulo 1 - A história do balanço social. Disponível em:
<<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=2414>>. Acesso em: 03/10/2010a.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Dez anos de Balanço Social:** Capítulo 2 - A consolidação do modelo. Disponível em:
<<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=2414>>. Acesso em: 03/10/2010b.

INSTITUTO ETHOS. **O Instituto Ethos.** Disponível em:
<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/31/o_instituto_ethos/o_instituto.aspx>. Acesso em: 07/10/2010a.

INSTITUTO ETHOS. **Introdução ao Balanço Social:** Guia de Elaboração do Balanço Social 2007. Disponível em:
<http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/default.htm>. Acesso em: 07/10/2010b.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço social:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

NOSSA, V. ***Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional.*** 2002. 246 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PENNA, Carlos Gabaglia. **Efeitos da mineração no meio ambiente.** Disponível em:
<<http://www.oeco.com.br/carlos-gabaglia-penna/20837-efeitos-da-mineracao-no-meio-ambiente>>. Acesso em: 14/09/2010.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2006.

TINOCO, José Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.